

SUSTENTABILIDADE, AMBIENTE E SOCIEDADE
1º ENCONTRO DO PPGSGA

**PAGAMENTO POR SERVIÇOS AMBIENTAIS PARA A PROTEÇÃO DE RECURSOS
HÍDRICOS: CASO IBIÚNA-SP**

Fernando Salles ROSA - ex-discente do PPGSGA*

Kelly Cristina TONELLO - docente PPGSGA

Roberto Wagner LOURENÇO – UNESP-Sorocaba

*e-mail - fesrosa@yahoo.com.br

Introdução: O Pagamento por Serviços Ambientais (PSA) no estado de São Paulo é objeto da Política de Mudanças Climáticas e vem sendo executado para a proteção de nascentes, através do projeto piloto “Mina d’Água”, em 21 municípios. Dentre eles, o município de Ibiúna apresenta aptidão para esse instrumento econômico, pois está localizado em posição estratégica ao abastecimento público, possui uso predominantemente agrícola e encontra-se em duas Unidades de Conservação. Nesse contexto, a microbacia do ribeirão do Murundu foi selecionada para o desenvolvimento do projeto.

Objetivo: O presente trabalho pretende, com base nesse território, aplicar ferramentas de estudos como contribuição ao PSA-Água.

Materiais e Métodos: Inicialmente, com o objetivo de avaliar se a remuneração exclusivamente por nascente é a melhor estratégia para a participação e a geração de serviços ambientais, foi levantado o contexto socioeconômico ambiental e de percepção de proprietários, e avaliada a sua relação com a iniciativa estadual. Posteriormente, foram utilizadas geotecnologias visando determinar e quantificar localidades prioritárias para conservação e restauração. A primeira etapa consistiu: na sistematização do processo de implantação do piloto em Ibiúna; na avaliação e valoração de 63 nascentes; e em entrevistas semiestruturadas junto a 15 proprietários.

Resultados e Discussão: Os resultados apontam para a geração de estímulos à manutenção da “floresta em pé”, com remuneração aproximada de R\$ 560,00 reais/ha/ano, e destaca que o pagamento em dinheiro não seria incentivo prioritário à participação. Com relação ao mapeamento, foi efetuada a tabulação cruzada entre os planos de informação de uso do solo e cobertura vegetal, e de declividade, possibilitando a seleção de prioridades para a geração de um mapa temático, a partir do qual foram executas análises qualitativas e quantitativas, assim como a determinação de faixas de prioridades, quais sejam: máxima, alta, média e baixa. Respectivamente, 589,66 ha, 186 ha, 1186,64 ha e 659,67 ha correspondem a prioridades de conservação, ao passo que 151,48 ha, 86,63 ha, 819,74 ha e 641,42 ha, representam as prioridades de restauração ecológica.

Conclusão: As ferramentas utilizadas demonstraram-se aplicáveis no suporte à tomada de decisão e no desenvolvimento de pesquisas e políticas públicas em PSA, com foco no incremento da governança dos recursos hídricos.